



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto Multidisciplinar

Departamento de História e Economia

Curso de História

Jason Perciliano Montes

**Nova Iguaçu e a emancipação de Belford Roxo: Um olhar sobre o
município 1980 a 1990.**

NOVA IGUAÇU

2014



Jason Perciliano Montes

Nova Iguaçu e a emancipação de Belford Roxo: Um olhar sobre o município 1980 a 1990.

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, como requisito de obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Lucia Silva

NOVA IGUAÇU

2014



Jason Perciliano Montes

Nova Iguaçu e a emancipação de Belford Roxo: Um olhar sobre o município 1980 a 1990.

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, como requisito de obtenção do grau de Licenciado em História.

Nova Iguaçu, 05 de dezembro de 2014

Banca Examinadora:

Prof.^aDr.^a. Lucia Helena Pereira da Silva
Departamento de História e Economia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

Prof. Adriana Branco Correia Souto
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre
Programa de Pós Graduação em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela força e graça a mim concedida ao longo dessa formação. A minha mãe que, mesmo não tendo a chance de estudar ao longo de toda a sua vida, sempre se esforçou e muito para que não somente eu, mas todos os meus cinco irmãos pudéssemos estudar e sermos pessoas de bem e com caráter.

Ao meu irmão Silas em especial, pela palavra positiva dada a mim, num momento de muitas incertezas da minha vida, que me fez levantar a cabeça, e dar início a esta longa caminhada que agora chega ao seu final. Também a todos os meus amigos que me deram apoio e que entenderam as minhas ausências nos passeios e festas.

Aos professores que contribuíram para a minha formação, agora professor de uma disciplina tão importante para a formação de todo cidadão e que tem sido tão banalizada nos últimos tempos, quanto a sua importância. Também agradeço aos professores Roberto Guedes e Marcos Caldas, pelas suas contribuições especiais nos bate-papos informais que me ajudaram e muito, a olhar a História, com um olhar, bem diferente daquele que ao longo da vida me foi ensinado.

Agradeço a professora Lúcia Helena, (orientadora) pela compreensão e paciência, na construção deste trabalho, pelas intervenções nos muitos erros cometidos por mim e que tão prontamente chamou-me atenção para as devidas correções. A Maria Lúcia (Malú), pela ajuda durante os longos meses de pesquisa no CEDIM e, em ter, me “aturado” ligando, quase todos os dias, querendo alguma informação.

Por fim, a minha esposa, pelo apoio incondicional dado a mim durante a formação, quando muitas vezes por causa das minhas provas ou trabalhos, teve de se privar do convívio dos nossos familiares para estar em casa comigo. Aos meus filhos que apesar de pequenos, souberam compreender as minhas ausências nas festinhas perdidas por eles, por causa dos meus estudos.

A todos, o meu muito obrigado. E Graças a Deus Cheguei ao Fim.

Dedico este trabalho a minha mãe, a minha esposa, a minha filha Letícia e meu filho Nathan.

Resumo

O município de Nova Iguaçu ao longo de sua história tem passado por diversas mudanças em sua política, economia e território. As emancipações ocorridas no município durante o final da década de 1980 e da década de 1990 serão o nosso foco neste trabalho, priorizando a emancipação de Belford Roxo.

Neste trabalho procuraremos pontuar os principais acontecimentos que contribuíram para as emancipações do distrito de Belford Roxo. Em síntese, a principal justificativa apresentada por políticos e população, foi o pouco investimento por parte do município de Nova Iguaçu, mas os escândalos de corrupção na prefeitura também contribuíram grandemente para a emancipação.

Palavras-chave: Emancipação – Belford Roxo – Administração.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo I	
Política Municipal depois da fusão.....	03
A gestão de João Ruy de Queiroz Pinheiro.....	04
Capítulo II	
As Gestões municipais na década de 1980.....	15
A gestão de Paulo Antônio Leone Neto.....	15
As primeiras denúncias contra a gestão de Paulo Leone.....	19
A busca de Apoio da oposição, novas denúncias de corrupção.....	20
Das denúncias a intervenção Estadual.....	22
Francisco Amaral: Interventor nomeado.....	24
A gestão de Aluísio Gama.....	25
Capítulo III	
A emancipação de Belford Roxo.....	30
O processo de emancipação.....	31
A primeira eleição do novo município.....	34
O governo “Joca”: primeiros atos.....	36
Conclusão.....	38
Bibliografia.....	41
Fontes.....	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo, fazer uma análise panorâmica do processo de emancipação do distrito de Belford Roxo, buscando apontar os fatores e atores principais que contribuíram para o processo. Para isso, faremos uso como fonte principal, o jornal Correio da Lavoura, um semanário de grande relevância para a história de Nova Iguaçu.

Também faremos uso de obras relacionadas a Baixada Fluminense como o livro do doutor Manoel Ricardo Simões que fez em sua obra, uma pesquisa bastante aprofundada da reestruturação da Baixada ao longo da sua história, analisando os seus processos de construção política e sua reconfiguração geográfica com as emancipações sofridas ao longo de vários anos.

Utilizaremos ainda, o trabalho do doutor José Cláudio de Souza Alves, obra na qual ele faz uma profunda pesquisa dos meios pelos quais a violência foi se institucionalizando na Região da Baixada Fluminense, apontado os meios e caminhos pelos quais esta se tornou crescente na Região, assim permanecendo por longas décadas. Utilizaremos ainda obras de outros diversos autores que tem pesquisado a região, desvendando um pouco de sua história, como a dissertação de mestrado de Adrianno Oliveira Rodrigues, Percival Tavares da Silva, entre outros mestres, assim como trabalhos de conclusão de cursos como Da laranja ao golpe militar de Allofs Daniel que nos auxiliou no esclarecimento das condições políticas Iguaçuana após o golpe militar, permitindo melhor entendimento da política, no período por nós investigado, assim como o trabalho de Gabriel do Nascimento, que nos deu algumas pistas sobre as questões sociais enfrentadas pela população Iguaçuana na década de 1970.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, procuraremos apresentar a dinâmica política que antecedeu as emancipações no município; sempre direcionando o nosso olhar para as questões políticas que ao longo dos anos passaram por consideráveis mudanças. Isto por conta do regime instalado no país, no fim da primeira metade da década de 1960, regime que provocou grandes mudanças, no sistema político nacional.

No segundo capítulo, nos voltaremos para as gestões municipais na década de 1980, quando a política no município, entrou em uma nova dinâmica proporcionada pela

abertura política e pela redemocratização do país. Sempre de forma panorâmica, buscaremos pontuar nas gestões desta década, os principais fatores que colaboraram para o pedido de pleito distrital, em prol da emancipação de Belford Roxo.

Por fim, no capítulo três, nos voltaremos para a emancipação do distrito de Belford Roxo. Nossa fonte para este capítulo também será o jornal Correio da Lavoura e o livro cidade estilhaçada de Manoel Ricardo Simões. Buscaremos apresentar neste capítulo os atores políticos e sociais e os fatos que contribuíram para a emancipação do distrito. Abordaremos o papel da associação de moradores, da associação comercial e empresarial no processo. Apontaremos também o papel das ações do vereador Jorge Júlio da Costa O “Joca” na construção da identidade da população, quanto ao seu pertencimento ao distrito (principalmente daqueles que se localizavam no limite do distrito com o município de Nova Iguaçu).

Vale ressaltar que por ficarem anos alijados dos serviços urbanos por parte da prefeitura, a população se valeria durante década de 1980 do assistencialismo das “redes de resoluções práticas”, criadas com intuito de dar conta da falta de serviços da prefeitura no distrito, como o caso da saúde, por exemplo, em que os pacientes eram transportados em ambulâncias pertencentes a essas redes. No entanto, “essas redes de resolução prática”, revelaram também os líderes que mais tarde disputariam o executivo do novo município, como por exemplo, Jorge Júlio dos Santos.

Procurarei mostrar que os principais motivos para a emancipação do distrito de Belford Roxo, se deram em torno de questões sociais, ou ausência de soluções para estas, mas não podemos deixar de mencionar que ao longo dos anos, pós abertura política e mais ainda após a consolidação da nova democracia do país, novos grupos políticos foram se formando em todos os distritos do município, gerando com isso, novos núcleos de poder que logo passaram a lutar pela a autonomia de suas regiões, e Belford Roxo não escapou desta tendência.

CAPITULO I

Política municipal depois da fusão

O município de Nova Iguaçu tem hoje uma população de cerca de 800 mil habitantes e em 521,4 km² estando aproximadamente 33 km da cidade do Rio de Janeiro sendo o segundo maior da Região Metropolitana e o quarto mais populoso do estado do Rio de Janeiro. Tem cerca de 95,4 % de sua população alfabetizada (IBGE, 2010). Mas no início da década de 1980 esta situação começaria a mudar. O município, que já possuiu uma extensão territorial com cerca de 1320 km² quando foi fundado em 1833, teve ao longo de sua história, o seu território reduzido com as emancipações de alguns de seus distritos.

Os primeiros distritos a se emanciparem foram Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, durante a década de 1940; juntos, os distritos reduziram o território da então Nova Iguaçu em 523 km². O município ainda teria o seu território reduzido por novas ondas de emancipação que aconteceriam a partir da segunda metade da década de 1980, com a emancipação de Belford Roxo (1988), seguida por Queimado e Japeri durante a década de 1990 e Mesquita no final da mesma década. Este último após travar longas batalhas no TRE e na câmara estadual, tendo ao final, o seu processo emancipatório julgado pelo STF.

Um panorama do contexto

Ao longo da década de 1950 aconteceu no município de Nova Iguaçu um crescimento vertiginoso de sua população, mas este processo é marcado basicamente pelo fim da citricultura no município (Maia e Rodrigues 2008). O crescimento seria proporcionado, pelos atrativos das primeiras indústrias que começaram a se instalar na região, mas também pela reforma no centro do Rio de Janeiro, que obrigou muitos dos moradores que se localizavam no entorno do centro, a migrarem para outras regiões do estado, e a principal dela foi a Baixada Fluminense, que também atraiu uma grande população de outras partes do país.

Durante o período, a Baixada Fluminense ficou bastante conhecida como “cidade dormitório” já que boa parte da população havia migrado para a região ainda dependia dos empregos que estavam concentrados no centro da capital do país. Essa enorme

migração populacional para região da Baixada Fluminense causaria aumento dos problemas estruturais como saneamento básico, moradia, transporte, água, escola, entre outros. Como o local que pretendemos nos ater neste trabalho é Nova Iguaçu, nos voltaremos especificamente para este município.

Na década de 1960 a configuração socioeconômica do município começaria a mudar drasticamente, porque esta seria a fase final da decadência da citricultura, quando o município deixaria de ser uma economia essencialmente agrícola, para ingressar no processo de industrialização que iria gerar um novo grupo social dominante no município.

Este grupo iria se concentrar no entorno da estação ferroviária, na região da cidade que está voltada para encosta da serra de Madureira. Este local iria receber atenção especial por parte dos governos municipais, que investiriam em sua infraestrutura com água, luz e saneamento, situação bastante diferentemente de todo o restante da cidade, que desde a década de 1940, sofria com os loteamentos precários e sem infraestrutura; situação ainda pior para os moradores dos setores mais afastados do entorno do centro. (Simões 2007). Ainda segundo Simões os muros da ferrovia ainda serviriam para estabelecer uma divisão na cidade, entre o lado dos ricos, e o lado dos pobres, situação esta que iria perdurar até a década de 1980, quando seria construído o segundo viaduto do município, ligando os dois lados da cidade, durante a gestão do prefeito Aluísio Gama.

Esta separação do município pelo muro da via férrea e os investimentos pontuais, talvez possam ter viés explicativos, pelas constantes mudanças de prefeitos que aconteceram no município durante os anos do regime de exceção, quando a cidade teve prefeitos nomeados e prefeito cassado, além de alguns interventores, situação que mudaria com a eleição de João Ruy de Queiróz Pinheiro.

A Gestão de João Ruy de Queiroz Pinheiro

O governo de Ruy de Queiroz teve início no dia 01 de Fevereiro de 1977. Tinha como principais metas saúde, educação e obras de revitalização de praças e áreas verdes da cidade. Na área da saúde, tinha como prioridade, a construção de hospitais e postos saúde (unidades básicas), já para a educação, o prefeito pretendia fazer convênios com as indústrias locais a fim de conceder bolsas de estudos aos alunos filhos de proletários,

(assim classificados por ele); pretendia ainda comprar as vagas ociosas nas escolas particulares para que fossem ocupadas pelos mesmos jovens acima citados. (C. Lavoura de 20 e 21/11/ 1976)

No entanto o prefeito teria cinco anos para dar conta de problemas que se acumularam ao longo de duas décadas, quando a população do município saltou de 365.545 habitantes para 415.690 entre 1960 e 1970 (Maia e Rodrigues, 2008). Nessa última década, os investimentos do Estado no município foram ínfimos, porque o então governador, Chagas Freitas, não repassava as verbas enviadas pelo governo federal, e esta, era uma das reclamações feitas pelo prefeito, quando por algumas vezes, cobrado pelos movimentos sociais, sobre as obras do município que não aconteciam.

A questão da moradia foi um dos desafios enfrentados pelos gestores do município de Nova Iguaçu porque desde 1950, quando as fazendas e grandes terrenos foram sendo fracionados, e a prefeitura passou a facilitar as exigências legais para a abertura de loteamentos e eles rapidamente se espalharam por todas as regiões da cidade. (Simões 2007).

A partir das décadas de 1960 e 1970, a procura por lotes, seria ainda maior devido à necessidade proporcionada pelo crescimento populacional do município, mas a procura seria realizada por uma clientela de baixo poder aquisitivo. Por isso, essa população alocada nas partes mais distantes do centro, acabou gerando os bolsões de pobreza nos bairros periféricos do município.

Assim foi nesses loteamentos sem infraestrutura e afastados do centro, que perdurou durante longas décadas, o modelo de autoconstrução, em que os moradores eram os responsáveis pela sua própria moradia. Neles, não houve a fiscalização dos órgãos responsáveis da prefeitura; O governo do município também não proporcionou as mínimas condições de saneamento para a localidade. Pela falta de saneamento, os moradores lançavam seus esgotos sanitários diretamente nas valas negras que correriam a céu aberto, nas ruas dos bairros recém-formados. Como consequência disto, a saúde dos moradores se encontrava bastante precária, sendo ainda mais agravada no período das grandes chuvas, quando as valas negras transbordavam, proliferando ainda mais doenças entre os moradores.

Outro problema para a população Iguaçuana era a falta de segurança, (principalmente nas localidades com as condições acima citadas), pois a região durante toda a década de 1980 foi marcada pela violência dos grupos de extermínio e da própria polícia, violência esta que, segundo Alves, se encontrava institucionalizada há várias décadas, tendo grande destaque dentre eles, o “esquadrão da morte” (Alves, 1998).

Com grandes desafios pela frente, a administração de Ruy de Queiróz sofreria desde o início o combate da bancada oposicionista, isto porque os políticos que formavam esta bancada, afirmavam que a população do município poderia sofrer com o desconhecimento do prefeito, por não ser um morador local estaria alheio aos problemas do município. Em defesa do prefeito, se colocaria o então deputado federal Darcílio Ayres; ele afirmaria que a classe política Iguaçuana poderia estar segura de que Ruy manteria diálogo franco com todos que compunham a câmara, tanto oposicionistas quanto os do seu próprio partido, além da sociedade civil organizada. (C. Lavoura de 18 e 19/12/ 1976)

Mas o prefeito não tinha apoio de sua bancada na câmara porque desde o início do seu mandato, ele havia se fechado ao diálogo, não negociando com eles a administração municipal e as secretarias de governo, que foi agravado ainda pela sua decisão ditatorial de mudar o local de construção da nova sede da prefeitura, sem consulta a câmara. Por sua postura, Ruy Queiróz teria a sua imagem junto à opinião pública e aos grupos de movimentos sociais da região, também desgastada, dentre estes, com destaque para o MAB; porque segundo o grupo, o prefeito não estaria cumprindo com as promessas feitas após eleito e, assim como feito com os parlamentares, havia interrompido o diálogo com a associação, atitude esta que, poderia ser explicada, mediante as cobranças e críticas que estava recebendo do movimento. (C. Lavoura de 26 e 27/01-1980)

Na passagem do final da primeira para a segunda meta de governo de Ruy de Queiroz, a mobilização seria pela construção da nova sede da prefeitura. Em seu planejamento original, a nova sede seria construída no bairro Cobrex, um bairro afastado cerca de 20 quilômetros de onde se encontra a atual sede da prefeitura. Contrário a isto, o prefeito viria tomar uma atitude ditatorial, mudando o seu local de construção para o centro do município, a Rua Athaíde pimenta de Moraes, local onde se encontra até hoje.

Ruy Queiroz que no início do seu governo havia adotado uma política “populista” tomou a decisão de construir a nova sede da prefeitura, em local diferente do projeto original, (que seria no bairro Cobrex), para o centro do município sem consultar a câmara de vereadores. A sua atitude provocou o descontentamento da câmara de vereadores, pela mudança não ter passado, por uma discussão na casa. Desta forma, os parlamentares que já não o apoiavam, se posicionavam cada vez mais contrários, a todas posturas, adotadas pelo prefeito quanto a administração do município, assim como os parlamentares da sua bancada que neste momento sentiam-se excluídos da administração municipal. (C. Lavoura de 26 e 27/01/1980, p.2)

A nova sede da prefeitura se tornou durante todo o tempo em que durou a sua construção, motivo de intensos debates no meio popular e claro, entre os parlamentares, pois segundo os seus críticos, a nova sede, estaria custando fortunas aos cofres públicos, já que ela foi erguida com uma arquitetura bastante moderna para a época. No prédio ficariam abrigados as cinco regiões fiscais que estavam sendo implementadas pela secretaria municipal de fazenda, na área do térreo e no primeiro andar ficariam o gabinete do prefeito, a procuradoria geral, a secretaria municipal de governo e planejamento, a assessoria de controle interno e a coordenadoria de comunicação social. Outros setores como a câmara e vereadores seriam acomodados em blocos a serem construídos numa segunda etapa do projeto. Porém a construção da segunda parte não foi concluída e outros órgãos da prefeitura como a câmara de vereadores só ganharia nova sede décadas depois, se mantendo o prédio até aos dias atuais. (C. Lavoura de 26 e 27/01/ 1980, p. 1 e 2)

No entanto mesmo com todas as críticas, o prefeito procurava justificar a construção da nova sede da prefeitura, dizendo que com o crescimento do município as instalações da prefeitura havia se tornado obsoletas, sendo necessário uma nova sede para a administração municipal, para que esta se adequasse à nova realidade do município. Para ele, com a inauguração do novo prédio, a administração iria funcionar dentro de um sistema de trabalho mais racional, onde os setores da administração municipal estariam mais concentrados, facilitando assim toda a locomoção entre os mesmos num curto espaço de tempo.

Apesar das justificativas do prefeito em favor da construção da nova sede, a verdade é que durante o período das obras, as críticas a ele e ao prédio foram inúmeras. As críticas foram desde o local para a construção, como já mencionamos antes, aos gastos com a obra, considerada a época alta demais para a situação econômica a qual o município estava passando.

Apesar de ter sido adiada algumas vezes por conta do não cumprimento dos prazos de entrega pela construtora a inauguração foi marcada para o dia 02 de Fevereiro de 1980. A solenidade de inauguração foi precedida de um almoço no Country Club de Nova Iguaçu, onde se fizeram presentes diversas autoridades do governo Estadual e Federal, mas a figura mais ilustre e tão esperada para o evento, o presidente João Batista Figueiredo, não compareceu, enviando o ministro dos transportes Eliseu Resende, como seu representante e com ele também, os ministros do trabalho Murilo Macedo, da previdência Jair Soares, além do senador José Sarney.

O almoço reuniu cerca de setecentas pessoas e serviu para que Ruy de Queiroz fizesse o seu discurso sobre a sua grande realização e recebesse o apoio dos que ali estavam presentes como os seus correligionários, os próprios ministros além de deputados estaduais e federais, além de advogados, empresários e afins.

A inauguração da nova sede da prefeitura foi o momento visto pelo MAB como propício para novas manifestações, já que a presença do presidente era esperada por todos e, chegou mesmo a ser anunciada, fato que acabou por não acontecer, mas as autoridades presentes puderam ver o MAB com suas faixas, denunciando a corrupção no município, o descaso com as condições precárias de alguns bairros. Temeroso que as manifestações pudessem ofuscar o brilho da solenidade programada para a noite da inauguração, o prefeito Ruy de Queiroz procurou Dom Adriano Hipólito para pedir a sua ajuda junto ao movimento de amigos de bairro, para que se desistisse de tal ideia, mas não recebe o seu apoio. Então, para garantir a solenidade no paço da prefeitura foi montado um grande aparato de segurança pela polícia militar. (C. da Lavoura de 26 e 27/01/1980)

O MAB aproveitou-se da oportunidade para tornar conhecido aos diversos representantes do governo e das diferentes esferas governamentais que ali se fizeram

presentes, os problemas enfrentados por diversos bairros do município e por isso estava fazendo uma intensa mobilização na população local para o comparecimento ao ato que seria realizado no dia da inauguração, onde os líderes do MAB esperavam que com as manifestações, num momento tão importante para a municipalidade, as conversações com o prefeito, tivessem retorno e as suas reivindicações fossem atendidas.

Para a manifestação, os organizadores do MAB esperavam contar com a população de todos os bairros do município que estivessem insatisfeitos, com as condições de moradia, saneamento básico, asfalto, educação entre outras necessidades básicas não existentes nos mesmos e que segundo eles, vinham sendo tratadas com desleixo pelas autoridades municipais, buscando assim, somar um número ainda maior de manifestantes do que os três mil, que compareceram nas manifestações anteriores quando estiveram nas ruas lutando pelo fim das taxas de matrículas cobradas nas escolas municipais e também contra o aumento das passagens dos ônibus municipais. (C. Lavoura de 2 e 3 de fevereiro de 1980)

Porém poucas pessoas compareceram à manifestação porque houve um grande medo com o que poderia acontecer, pois o prefeito convocou um grande número de policiais para fazer a segurança do evento. Esses por sua vez, usaram de violência na contenção dos primeiros manifestantes a chegarem ao local, tomando suas faixas. Apesar do país se encontrar num período de mudança, ou de transição de regimes, a violência da polícia pode ser explicada pelo fato do partido do prefeito ser o mesmo do presidente, e estando presentes autoridades que o representariam se fazia necessário, um aparato para pôr ordem à solenidade de inauguração. (C. Lavoura de 26 e 27/ 01/1980)

Mesmo assim, os poucos manifestantes que permaneceram, não se acovardaram, reuniram-se próximo ao cemitério municipal e partir de lá seguiram para o paço municipal em marcha silenciosa, mas com as suas faixas e bandeiras ao alto. No paço, eles vão distribuir o seu manifesto com as seguintes colocações:

“O MAB neste dia em que a suntuosa sede da prefeitura está sendo inaugurada vem trazer o seu protesto contra o abandono dos bairros deste município. Somos 1 milhão e quinhentos mil habitantes. A 7ª cidade do Brasil e a 255ª em saneamento básico(água e esgoto). Sofremos também por falta de segurança e a marginalização é quase total. O desnível social é gritante e as soluções apresentadas pelo governo não atendem às necessidades mínimas de nós moradores. Temos 150 mil crianças de 7 a 14 anos sem estudar por falta de escolas. “Com as poucas vagas ainda são controladas por políticos

que usam de distribuição de vagas como compromisso dos moradores nas suas candidaturas.” (Correio da Lavoura. De 9 e 10/02/1980, p.2)

Ainda segundo o mesmo jornal, na solenidade à noite no paço da prefeitura, o discurso do prefeito não teve o mesmo efeito do obtido durante o almoço no Country Club, seus correligionários o deixaram sozinho na solenidade achando por bem não comparecer ao local devido ao que poderia acontecer em função das manifestações prometidas para a festa.

As reivindicações do MAB, não eram somente direcionadas aos gastos com a construção da nova sede da prefeitura que, segundo eles, consistia num total descaso com a população, mas também como se pode observar no manifesto, entregue na passeata ao paço municipal, é que os manifestantes se encontravam bastante preocupados com todas as áreas da administração municipal. Para eles, construir um prédio do porte do que estava sendo feito, custando fortunas aos cofres públicos, não era condizente com as necessidades da população e do município que segundo seus representantes se encontrava em situação de abandono. (C. Lavoura de 9 e 10/02/1980, p.2)

Faz-se importante perceber que não era somente o Movimento de Amigos de Bairros que estava descontente com a construção e inauguração da nova sede do governo municipal. O vereador Jorge Gama, em entrevista ao jornal Correio da Lavoura, fazia duras críticas a festa que seria oferecida aos convidados ilustres, cerca de mil pessoas, na sede do Country Club de Nova Iguaçu onde eram esperadas personalidades como os ministros da justiça Ibraim Abi-Akel, o do transporte Eliseu Resende e Jair Soares da previdência e diversas outras pessoas do setor público, advogados e empresários locais, além dos próprios correligionários do prefeito. Jorge Gama em sua entrevista ressaltava que “Os ministros já gozavam de mordomias demais e, não precisavam de puxa-saquismo suburbano para aumentar as suas mordomias”(C. Lavoura de 19 e 20/01/1980)

Ainda segundo o vereador, tal ato se constituía em um desrespeito a sociedade, pois nas condições em que se encontravam o município, seria um abuso o prefeito oferecer tal festa, que envolveriam altos gastos. Percebe-se que o parlamentar de oposição ratificava que o município estava passando por várias crises, principalmente na educação, já que

estava desativando várias escolas sem alguns bairros em nome de economia aos cofres do município. As críticas do vereador também reforçavam as críticas feitas pelo MAB à administração do prefeito Ruy de Queiroz.

Quanto à educação, o Correio da Lavoura (26 e 27/ 01 de 1980), informava que a política de fechamento de escolas continuava. As escolas fechadas eram consideradas pela administração de Ruy de Queiroz como dispendiosas pelo baixo número de alunos inscritos, e por isso estavam sendo direcionados para outras. Isto segundo o prefeito.

Entretanto o baixo número de alunos inscritos nas escolas poderia estar diretamente ligado às taxas de matrículas que vinham sendo cobradas nas escolas do município, taxas essas que seriam extintas, segundo a promessa do prefeito no início do seu mandato e não cumpridas por isso então, o baixo número de alunos em algumas unidades, como na unidade escolar no bairro K11.

A escola Francisco de Assis no bairro K11 no centro tinha apenas dezesseis alunos matriculados e quatro professoras lotadas, e pelo projeto da secretaria de educação do município, escolas nesta situação deveriam ser fechadas. O projeto, também buscava fechar todas as escolas que estivessem em precário estado de conservação. Por estes dois motivos a do bairro K11 foi fechada.

No caso da escola acima citada, por estar bem perto do centro do município, onde se localizava a escola Monteiro Lobato, considerada escola modelo do município, foi possível agregar as crianças transferidas, fato que não aconteceu com as outras crianças de escolas de bairros distantes do centro.

No entanto no projeto, havia ainda outras seis escolas para serem fechadas, mas destas pouco se sabe, o que podemos deduzir é que muitas crianças, ficariam sem estudar, (algo comum para a época), outras tiveram que procurar escolas, em locais mais longe do que os bairros onde viviam, o que ocasionaria outro problema para elas e seus pais, qual seja, o transporte, que à época não era gratuito apesar das reivindicações do MAB junto ao prefeito cobrando o transporte gratuito para os alunos da rede pública de ensino.

Em meio a todas essas discussões, mais uma vez surgiria o MAB procurando cumprir o seu papel na luta pela melhoria das condições de vida nos bairros, e no caso da educação, além de reforçar a luta dos pais cobrando providências do prefeito acerca da taxa de matrícula cobrada nas escolas, a associação reivindicava ainda as eleições diretas para diretoras das escolas.

Como movimento de bairro, o MAB buscava ser uma espécie de voz do povo junto ao governo municipal, sendo assim, com diretoras eleitas, as chances dos pais serem ouvidos seriam bem maiores, já que nos cargos de confiança, se faz necessário estar do lado de quem o confiou tal cargo, fato que provavelmente acontecia em todas as escolas, distanciando assim o diálogo entre pais, direção e professores.

Os anos que se seguiram do governo de Ruy de Queiroz, não teriam mudanças significativas, em nenhuma área da sua administração. A educação continuaria precária, ausência de hospitais ou postos de saúde, os bairros permaneceriam sem saneamento e o desemprego também crescente no município. O que podemos salientar desse período era que a região estava passando por uma mudança em seu sistema econômico, como aponta Adriano Rodrigues, já que o município estava chegando ao final do ápice na geração de empregos, proporcionados pelas indústrias ali instaladas, vai começar a viver um novo desafio, oriundo do crescimento populacional, ou seja, bairros que foram crescendo sem nenhum tipo de acompanhamento e infraestrutura. É claro que este não seria o único, mas a partir deste, se desencadearia todos os demais.

Este foi o cenário ou o pano de fundo, para o surgimento dos diversos problemas sociais que fomentaram a dinâmica social e política do município, ao longo dos dois últimos anos do governo de Ruy de Queiróz, no município de Nova Iguaçu; a falta de estrutura nos loteamentos, saneamento básico para eles e para outras localidades, além da escassa iluminação pública nas ruas, segurança, postos de saúde e escolas.

É claro que estes problemas, começaram a se acumular, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, quando ficaram sem solução na passagem de alguns governantes pelo município, portanto, começando a estourar, no início da década de 1980, quando começam a surgir com mais força, os movimentos sociais, representados pela federação

de amigos do bairro (MAB), que reivindicava melhorias nestes locais, aproveitando-se do momento de transição da política brasileira.

Rodrigues (2006) salienta que “a Baixada Fluminense, particularmente os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, tiveram os seus territórios seguidamente parcelados sem qualquer controle social legal e urbanístico” fato este que se deu a partir da primeira metade da década de 1950, e que serve de explicação para o grande problema surgido no município de Nova Iguaçu, pois a vinda de um grande número de migrantes ocupando terras sem infraestrutura revelaria, um grande problema para os futuros governantes do município.

Esses problemas iriam motivar os grupos de amigos de bairros, na luta por melhorias em suas localidades. Mas a necessidade da região não estava concentrada só nos aspectos da urbanização, havia outros que careciam de soluções e, dentre muitos, destaca-se a falta de emprego para os moradores do município. Mesmo a região tendo recebido um grande número de indústrias durante as décadas de 1950, iniciado com o plano de Metas do governo de JK, quando começa a entrar no país investimentos de capital estrangeiro, proporcionando a instalação de grandes fábricas no município, elas não foram suficientes para amenizar a situação do desemprego na região (Rodrigues 2006). Podemos aqui apontar dois motivos para tal situação. Um é que a mão de obra encontrada não era capacitada para o tipo de indústria que estava se instalando na região; segundo, como também já dissemos, o crescimento populacional foi muito grande, logo não sendo possível a estas fábricas dar conta do grande número de desempregados que havia no município, restando a estes irem buscar empregos na região central da cidade do Rio de Janeiro, transformando o município em cidade dormitório, adjetivo que durante muito tempo a população do município teve de conviver.

Apesar do adjetivo recebido, Rodrigues (2006) vai apontar a década de 1970 como o auge para a indústria do município, quando este teve crescimento, mesmo em meio à crise vivida pelo estado, quando teria cerca de 19.000 trabalhadores empregados nos diversos setores da economia, o que segundo o autor, manteve o município estável durante a crise, mas este crescimento, não chega a retirar do município o adjetivo de cidade dormitório.

Ainda segundo o mesmo autor, o período de estabilidade não seria longo. No início dos anos de 1980 a população passaria a sofrer algumas perdas, quando os níveis de renda, passariam a sofrer grandes variações. Seria neste cenário de altos e baixos da economia que o governo de Ruy de Queiroz teria o seu maior desafio; o de reverter tal situação para o município, mas ainda segundo Rodrigues, seria justamente neste momento que a pobreza se faria mais notável, e as desigualdades sociais se agudizariam, abrindo o cenário para o fenômeno do chamado brizolismo na região, período este, que se iniciaria com o fim do governo Ruy de Queiróz e a eleição de Paulo Leone, que seria o primeiro de três prefeitos do PDT, partido que também teria o governador do Estado Leonel Brizola, como sua principal figura política a época.

CAPITULO II

As gestões municipais de Nova Iguaçu na década de 1980

Na primeira metade da década de 1980 ocorreria “o fenômeno” que ficaria conhecido como “brizolismo”, quando nas primeiras eleições para o município se elegeria o primeiro de uma série de três prefeitos que estariam à frente da administração municipal, durante treze anos. Isto contando o período em que o município esteve sob intervenção Estadual.

Eleito pelo voto direto, o prefeito Paulo Leone não iria corresponder a todas as expectativas postas em seu governo, expectativas estas, não tanto pelo seu nome, mas pelo nome da figura principal do seu partido à época, Leonel Brizola, figura esta que o povo (principalmente o da Baixada Fluminense) estava disposto a eleger, pois pela legislação eleitoral a votação deveria respeitar a legenda partidária para todos candidatos e cargos, a população não se definiu a partir do voto ao executivo local, mas a partir da figura de Leonel Brizola, o que fica conhecido como “fenômeno Brizola ou brizolismo” (Alves 2003, p. 107)

O fenômeno não foi somente no município de Nova Iguaçu, onde o PDT à época conseguiu eleger 15 dos 33 vereadores que compunham a câmara, mas também em São João do Meriti, onde dos 22 eleitos, 12 seriam do PDT, assim como nas prefeituras de Duque de Caxias, e Nilópolis. Para o cargo principal, o PDT ficaria com as prefeituras de Nova Iguaçu e São João de Meriti. (Alves 2003, p. 108)

No caso de Nova Iguaçu, foco deste trabalho, o fenômeno durou cerca de treze anos, ou seja, três mandatos sucessivos, começando com Paulo Leone, tendo Francisco Amaral como interventor estadual, Aluísio Gama e Altamir Gomes. O brizolismo Iguaçuano só chegaria ao fim, com a eleição de Nelson Bornier no final da década de 1990.

A Gestão de Paulo Antônio Leone Neto

O governo de Paulo Leone seria marcado por vários escândalos de corrupção, como também ameaça de morte, afastamento do líder do governo na câmara acusado de corrupção, além da tentativa de impeachment do prefeito por denúncia de má

administração da verba pública. Tantas denúncias provocariam a intervenção do Estado no município no ano de 1988.

Em janeiro de 1983, o então prefeito eleito, tomaria posse e como não poderia ser diferente, fazendo algumas promessas de mudanças na gestão do município. Tais mudanças começariam com o aumento salarial do funcionalismo municipal em cerca de 40%. A proposta iria provocar debates entre os vereadores (C. Lavoura de 2 e 3/04/1983).

As discussões em torno desse aumento ao funcionalismo na câmara seriam acaloradas e muitos dos parlamentares se posicionaram contrários ao aumento salarial proposto, mas ao fim de toda discussão em torno do tal aumento, este acabaria sendo votado e sancionado pelo prefeito.

Com tal ação, o prefeito queria somente repor as perdas salariais do funcionalismo público municipal que desde o governo anterior estava defasado. À época, a prefeitura de Nova Iguaçu, contava com um quadro de funcionário num total de 7.415 dos quais 6100 pertenciam ao quadro fixo da prefeitura e eram regidos pelo regime da CLT. Compunham este quadro ainda os aposentados, e segundo as informações do jornal outros tantos espalhados por diversos setores da prefeitura. (C. Lavoura de 30/04 e 01/05/1983)

O principal problema gerado pelo aumento salarial do funcionalismo municipal seria o aumento de recursos financeiros da prefeitura, o que para alguns vereadores não seria possível, já que não havia condições financeiras da prefeitura, para arcar com todas as contas do município. Para o vereador Mário Marques, o importante seria uma mudança de estratégia dentro das arrecadações para que esta pudesse garantir o aumento proposto. Para ele, seria necessário fazer:

“Uma ampla reestruturação nos quadros municipais, códigos tributários e de obras e de posturas, iniciar a cobrança efetiva da dívida ativa o retorno de cerca de 700 Milhões de cruzeiros relativos à arrecadação do ICMS que nos foi tirado através de decreto inconstitucional, diga-se de chagas Freitas”. (C. Lavoura. De9 e 10/04/1983)

Mas para o parlamentar Bento Gonçalves: “O aumento seria uma piada e que nenhum fiscal poderia agir corretamente recebendo 30 mil cruzeiros mensais” (C. Lavoura de 9 e 10/04/1983). O parlamentar não estava contra o aumento, mas sim contra a baixa porcentagem deste, mas o que chama atenção nesta fala foi o fato de um parlamentar, relacionar o baixo percentual de aumento, a um possível desvio de conduta dos fiscais, por causa dos baixos salários recebidos.

Com uma postura um pouco mais diferenciada do seu colega, o vereador Luís Antônio Teixeira, foi mais enfático em sua colocação, pois se dirigindo a assistência constituída por servidores disse que estes: “Deveriam se organizar e não aceitarem esmolas”(C. Lavoura de 9 e 10/04/1983).

O que podemos ver neste debate é que, enquanto alguns defendiam o aumento, mesmo sabendo que não seria possível, em função da baixa arrecadação do município, outros o achavam baixos demais, chegando até mesmo afirmar que com tal aumento, funcionários de alguns setores dificilmente agiriam corretamente. Leone tinha um posicionamento não muito diferente dos vereadores que o criticavam, porém sabia que as condições da prefeitura, não o possibilitariam ir além do proposto e diz:

“Se tomássemos a iniciativa de aumentarmos os vencimentos em cerca de 70% (como concedido pelo governo estadual), por exemplo, iríamos praticamente dobrar as despesas com a folha de pagamento e encargos sociais, totalizando hoje cerca de 442 milhões de cruzeiros, se concedêssemos os 70% de aumento aos funcionários passaríamos a gastar a quantia acima de 738 milhões de cruzeiros mensais.” (C. Lavoura. De 2 e 3/04/1983. Pág. 9).

Mesmo em meio a tanta discussão, o aumento foi votado e durante a votação na câmara, os debates em torno do aumento persistiram, pois mesmo antes do projeto chegar à câmara, muitos vereadores já haviam se posicionado contra, inclusive alguns do próprio partido do prefeito. Mas outros parlamentares como o vereador Jorge Lima (PDS) que, mesmo não fazendo parte da base aliada do prefeito, não só apoiou o aumento, como comemorou o feito, como podemos conferir na fala do mesmo vereador, em entrevista ao jornal Correio da Lavoura: “*Foi com alegria que votamos em uma noite de gala a favor do funcionalismo público.*” (C. Lavoura de 30/04 e 01/05/1983)

Não só o aumento ao funcionalismo iria gerar debates na câmara, como os supostos funcionários fantasmas, herança do governo Ruy Queiroz, também o fariam. Na lista, figuravam nomes como Wagner Montes, Hilton Franco, Sérgio Malandro, Pedro de Lara entre outros funcionários não tão conhecidos assim. (C. Lavoura de 30 e 01/05/1983)

A partir de então, o prefeito tentaria organizar a administração da prefeitura, mas pela sua forma de gestão, Paulo Leone sofreu fortes pressões dentro da própria prefeitura e, no mesmo ano de 1983, ele foi a à rádio Solimões, em um programa de entrevista e declarou que estava recebendo ameaças de morte em retaliação a sua nova forma de administração, apontando inclusive os prováveis suspeitos de tal ação. Em entrevista ao Correio da lavoura, ele afirmou: *“Nosso grupo é pequeno para fazer frente aos mafiosos”*.

Leone estava se referindo, diretamente ao órgão de fiscalização da prefeitura, aos vereadores do PDS, PMDB e do seu próprio partido o PDT. Ele declarou ainda que a sua tentativa de sanear a administração da prefeitura poderia lhe custar o mandato, pois, segundo ele, os mafiosos que estavam no poder, queriam continuar e para isso lutariam de todas as formas contra o prefeito. Afirmou ainda que os principais locais onde poderiam ser encontrados seriam nas secretarias de transporte, obras e fiscalização externa, e afirmou *“Não posso confiar em todos e que o grupo que o apoia é pequeno, mas vai continuar, pois é independente sem comprometimento a nível pessoal e, portanto não irá se curvar diante das ameaças”* (C. Lavoura de 11 e 12/06/1983)

Vale ressaltar que não foram somente os embates que marcaram o primeiro ano de administração de Paulo Leone. Como já dissemos antes, eles ao longo de um ano governo, foram bastante diversificados, e os problemas sociais acabaram esquecidos.

Os problemas sociais que ao longo do ano de 1983 caíram no esquecimento, por parte da gestão municipal, não permaneceriam assim por longa data, isto porque o MAB, que era a federação das associações de Amigos do bairro, e, era a principal entidade social na luta pelos direitos dos moradores do município, logo iria preparar um manifesto, com algumas cobranças e as encaminharia ao prefeito. O manifesto continha cobranças como; construção de postos de saúde, escolas e saneamento básico. (Alves 2003, p.107)

Vale Ressaltar que neste período o movimento já agrupava cerca de 170 associações, revelando-se assim, um movimento bastante forte para lutar pelas dificuldades enfrentadas pelos moradores do município. (Alves 2003, p. 109)

As Primeiras denúncias contra a gestão de Paulo Leone

No ano de 1984, o maior problema enfrentando por Leone referente a sua gestão seria a denúncia feita pelo vereador Acarisi Ribeiro. O parlamentar acusava-o de administração fraudulenta e de estar realizando negócios espúrios à frente da prefeitura. A denúncia, logo provocou um abalo na administração municipal. Com isso, a câmara formaria uma comissão de investigação que pediu a cassação do mandato do prefeito. O processo de cassação foi rapidamente votado, e a sua abertura aceita pela câmara.

No entanto, em sua defesa Leone disse que tudo não passava de tentativa de derrubá-lo da administração da prefeitura e que não havia nada de errado com o seu governo. Leone sabia que o rompimento de acordo com a bancada opositora na câmara, era a principal razão da votação contra ele, e da abertura do processo de cassação do seu mandato, por improbidade administrativa. (C. Lavoura de 12 e 13/05/1984)

A falta de diálogo com o seu partido e a quebra de acordo com PMDB custariam caro para Leone, pois nas palavras do parlamentar Mauro Miguel, tudo poderia ser resolvido se Leone não tivesse falhado no acordo feito com o seu partido; acordo este que envolveria a distribuição das novas secretarias entre o PMDB e PDT, com assinatura formal de um acordo para um plano de ação na administração municipal. (C. Lavoura de 7 e 8/04 de 1984)

Tal fato nos leva crer que as denúncias poderiam ser apenas articulações políticas para desestabilizar o governo, pois no início do mandato, o prefeito havia criado algumas secretarias, como forma de administrar a disputa entre os oposicionistas e sua bancada na câmara.

Porém, segundo o jornal (C. da Lavoura de 7 e 8/04 de 1984), as secretarias, eram mais uma tentativa do prefeito de negociar com a oposição, porém a sua bancada, se encontrava também bastante insatisfeita com a forma de administração de Leone, porque para eles, o prefeito, estaria conduzindo o seu governo, de maneira autoritária,

tomando decisões sem consultar o partido ou sem ter qualquer tipo de diálogo com eles, por estas razões, ele se encontrava sozinho frente às acusações de improbidade na câmara. (C. Lavoura de 7 e 8/04 de 1984)

O vereador Américo dos Santos via nas denúncias apenas articulação política, manobras do próprio PDT contra o prefeito, já que as denúncias representavam apenas tentativas de enfraquecer o governo, apesar disto, via a nítida possibilidade de o governador Leonel Brizola promover uma intervenção no município. (C. Lavoura de 12 e 13/05 de 1984)

No entanto durante todo esse período de turbulência na esfera administrativa, a população do município não foi contemplada com nenhuma obra de saneamento, postos de saúde, instalação de iluminação pública, nos bairros periféricos (que era a cobrança constante do MAB) ou mesmo, melhoria no sistema educacional, já que este andava desde a administração anterior, com problemas estruturais graves como o fechamento de escolas, por falta de manutenção além da baixa remuneração aos profissionais da área.

A busca de apoio da oposição, novas denúncias de corrupção.

Em meio a tanta turbulência nos vários setores da administração, Leone buscou se aproximar dos oposicionistas, visando agora uma maior governabilidade, mas ele teve na pessoa de Mauro Vasconcelos, parlamentar de sua própria bancada, o seu principal opositor, isto porque o parlamentar encaminhou uma representação criminal ao MP contra o prefeito, por intermédio do advogado Ronaldo Machado, com denúncias de que as obras licitadas pelo prefeito, estariam acima dos valores apresentados. Entretanto durante os seis primeiros meses de 1984, nenhuma obra havia sido concluída.

Mesmo com todas as denúncias de improbidade administrativa, surgiram ainda juntamente com as denúncias feitas pelo vereador Mauro Vasconcelos, outras contra a administração do filho de Leone à frente da CODENI. Com tantas denúncias se acumulando, os parlamentares foram obrigados, a criar novas comissões para investigar, denúncias de corrupção na fiscalização dos transportes municipais, outra para a investigação de desvio de merenda escolar, além de outra para investigar o funcionalismo municipal em geral.

No entanto a comissão que ganhou grande destaque foi a que investigou a corrupção no funcionalismo municipal. Por ordem de Leone, a comissão permanente de investigação criada desde 1976 no governo de Ruy de Queiroz e que se encontrava inativa foi novamente reativada, passando a investigar os desvios de conduta do funcionalismo municipal. A comissão chegou a punir 277 funcionários, dos quais alguns foram demitidos. O presidente da comissão Mário Soares Pereira Júnior, passaria a receber ameaças de morte, por conta das investigações, mas ele iria afirmar ao jornal Correio da Lavoura que: *“Tal coisa não irá me amedrontar, pois já havia encarado bandidos frente a frente e, não seria agora que teria medo”*. (Correio da Lavoura, 22/04/1984). Segundo noticiava o jornal, a corrupção era em quase todos os setores da prefeitura, mas com destaque especial para a área da secretaria da fazenda. (C. Lavoura de 21 e 22/04/1984)

Como se pode notar, o primeiro semestre de 1984 para o prefeito Leone foi bastante turbulento e, por causa disto, no início do mês de junho, ele iria reunir representantes de diversas organizações sociais, para esclarecer as muitas denúncias de corrupção no seu governo, além de outros problemas de ordem organizacional da municipalidade.

Nessa reunião, que foi transmitida pela rádio Solimões, Leone iria falar das motivações políticas que causaram toda a turbulência no seu governo. Além das denúncias de corrupção que já se estavam sobre investigação, Leone também iria expor aos que ali se encontravam que havia uma intenção por parte dos parlamentares de derrubá-lo do poder, fato que acabou por ser exposto pelo seu líder na câmara quando respondeu a algumas provocações por parte dos oposicionistas, de estar fazendo negociatas com o prefeito. Em defesa do seu partido PDS ele disse: “Vocês nos acusam de negociatas, mas não somos nós que conspiramos abertamente contra o prefeito... Digam que iriam retalhar o município se Leone caísse! ... Digam de Muriqui!” (C. Lavoura de 12 e 13/05 de 1984)

Quando o vereador Mauro Miguel usa a expressão “digam de Muriqui”, ele se referia a cidade praiana de Muriqui, onde acontecia reunião, mantida por muitos vereadores naquele balneário para ajustarem os últimos detalhes sobre o movimento em torno do encaminhamento da denúncia contra Paulo Leone.

Segundo o vereador, eram nestas constantes reuniões que estavam sendo tratado o retalhamento do governo do município, pelo chamado “grupo conspirador”. Dessas reuniões, participavam; o vice-prefeito Silva Ramos, o ex-procurador da prefeitura da prefeitura Milton Mauro além de vereadores, principalmente do PDT. Segundo o jornal as conversações giravam em torno da formação do “futuro secretariado” do prefeitável Silva Ramos.

Ao final da reunião, Leone, afirmaria que naquele momento, a situação causada pelas diversas denúncias ao seu governo já estaria normalizada. Àquela altura, o prefeito podia dizer que as coisas se encontravam normalizadas, pois apoiava-se nas negociações realizadas com os oposicionistas, com a indicação dos nomes para as secretarias por ele criadas. Esta manobra do prefeito buscava garantir o arquivamento do processo que tramitava contra ele na câmara. (C. Lavoura de 3 e 4/06/1984)

A estratégia de Leone funcionou, e o processo contra ele foi arquivado no dia 13 de julho de 1984, em sessão secreta realizada na câmara, e teve apenas quatro votos contra. Após ver o triunfo de sua estratégia, Leone distribuiu as secretarias negociadas, com os oposicionistas quando também buscou a aproximação com a bancada pedessista, procurando estabilidade e apoio dos vereadores experientes que compunham a bancada. (C. lavoura de 7 e 8/07 de 1984)

Porém o arquivamento do processo causou descontentamento em alguns parlamentares que, tentavam ver esclarecidas as denúncias contra Leone, e um deles, o vereador Mauro Vasconcelos (PDT), abriu um Processo criminal contra o prefeito, através do advogado Ronaldo Machado, baseado nas denúncias feitas pelo também vereador Acarisi Ribeiro que acusava o prefeito de irregularidades administrativas, dentre as quais, o superfaturamento das obras do município.

Das denúncias à intervenção estadual

Outras denúncias envolvendo o prefeito e suas secretarias, ainda vieram à tona, e estas, foram de irregularidades com as empreiteiras que prestavam serviços para a prefeitura, e que estavam recebendo o pagamento de obras, que nem ao menos haviam dado o seu início, como no caso das empresas: Rodoterra, Engetécnica e urbanizadora Barcellos e Itagiba. Ainda segundo a comissão Parlamentar permanente de inquérito as

irregularidades envolviam a construção e reformas de escolas, além de construção pontes e passarelas, gerando um prejuízo aos cofres do município da ordem de mais de um bilhão de cruzeiros, já que as poucas obras que foram iniciadas, não foram acabadas e outras nem se quer foram iniciadas como denunciava a comissão. (C. Lavoura de 9 e 10/11 de 1985)

Todas estas denúncias somadas ao arquivamento do processo de Impeachment contra Leone causaram um sentimento de indignação da população Iguaçuana e das entidades sociais organizadas, dentre elas o MAB, o CEP e o UIES, além de sindicatos do município como o do comércio, que se uniram para traçar medidas a serem tomadas contra os escândalos envolvendo a administração municipal. Mas a medida tomada pelo advogado Wilmar C. de Oliveira, foi a que marcou o início do fim da gestão de Leone, porque Wilmar enviou ao procurador do Estado, documentos comprovando as denúncias de corrupção que envolvia o governo de Leone, pedindo também o seu afastamento da administração do município.

Entretanto dois longos anos se passaram até que a procuradoria do Estado tomasse uma decisão sobre as denúncias contra o prefeito do município de Nova Iguaçu. Isto ocorreu, na virada do primeiro para o segundo semestre de 1988 no governo de Moreira Franco, quando após avaliações das contas do município, o tribunal, confirmou o rombo nas suas contas, e estas chegavam ao valor de cerca Cz\$ 100 milhões.

A partir de então, os fiscais do TCE, fizeram a inspeção de vários documentos onde descobriram ainda, outras irregularidades cometidas por Leone dentre as quais a compra de 15 carros em leilão para emprestá-los a terceiros, além de pagamentos de 10% de comissão recebidos, de prestadores de serviços, pelos contratos firmados com a prefeitura desde 1984. Segundo os fiscais, só nestes pagamentos, seria necessária uma auditoria minuciosa para se chegar a um valor concreto. (Jornal do Brasil de 29 de julho de 1988 Pág. 27)

Ainda segundo o fiscal do TCE Reinaldo Santana, o número de descumprimentos de leis era tamanho que *“seria mais fácil listar as que ele cumpriu”*. Afirmava ele ainda *“É forçoso admitir, mas na prefeitura imperava um verdadeiro caos administrativo e*

financeiro”. Já o relator da comissão Heitor Schieller, assustado com as falcatruas encontradas exclamou, “*em oito anos de TCE, nunca havia visto nada parecido*”.

Nestes depoimentos dos fiscais do TCE, podemos perceber o porquê de tamanha indignação da população e de toda a mobilização deles pedindo a saída de Leone. O caos na administração da prefeitura de Nova Iguaçu era tamanho, que desde o ano de 1984, o prefeito não enviava relatórios das contas da prefeitura para o tribunal. Segundo o jornal, a papelada das contas do município foi encontrada dentro de um armário de cozinha. Isto deixa claro também, como se encontrava falho o trabalho de fiscalização do órgão.

Em entrevista ao jornal do Brasil, um ex-conselheiro do tribunal declararia o seguinte: “*O resultado dessa auditoria serve de lição ao TCE, isso já deveria ter sido feito há muito tempo*”. A declaração do ex-funcionário pode ter relação com o fato de que as denúncias com os desmandos de Paulo Leone frente à prefeitura já vinham sendo feitas, desde o último ano, relatados pelos fiscais em que foram envidas as últimas prestações de contas para o TCE. Em meio a tantas falcatruas, não restava outra alternativa ao Tribunal de Conta do Estado, senão decretar a intervenção no município. (Jornal do Brasil de 29/06/1988 - P. 27)

Francisco Amaral: interventor nomeado

Após a verificação da documentação e concluídas as provas do desvio de verbas, por unanimidade, os fiscais do Tribunal de Contas votaram pela intervenção no município, e o nome indicado para a intervenção, pelo então governador do Estado Moreira Franco, foi o do vice-governador, Francisco de Assis Amaral. A ele coube a função de ver o que sobrou de patrimônio à prefeitura e o que havia sobrado em verbas para que ele pudesse gerir o município.

Porém faltavam poucos meses para novas eleições municipais, e a população juntamente com sociedade organizada, esperavam que Francisco Amaral desse alguma resposta em relação aos escândalos encontrados nas contas da prefeitura e que ainda, tomasse providências, quanto às denúncias apresentadas pela comissão parlamentar de inquérito, mas ele não tomaria nenhuma decisão e nem daria nenhuma satisfação sobre qualquer coisa sobre o escândalo do governo de Paulo Leone.

Com isso agora interventor, Francisco Amaral, logo se tornou alvo, de acusações de favorecimento a candidatos do seu partido, pois como citamos, no período em que ele chegou ao município como interventor, foi também o período que antecedeu as eleições para o executivo e legislativo municipal e por isso, ele foi acusado, pelo candidato do Partido dos Trabalhadores, Jerri Simões, de utilizar dinheiro público, para fazer obras, as quais beneficiavam e projetavam o candidato a prefeito, Ernani Boldrim, porque segundo Jerri Simões, as poucas obras autorizadas por Francisco, foram todas indicações de vereadores do seu partido o PMDB e do candidato a prefeito, Ernani Boldrim. (C. Lavoura de 15 a 21/10 de 1988)

Sendo assim, ano de 1988 na política Iguaçuana, chegou ao fim, com a eleição de Aluísio Gama, eleito com o apoio do nome do ex-governador do Estado Brizola. Aluísio teria pela frente, o desafio de reorganizar a administração do município, além de buscar solução para os diversos problemas sociais da cidade.

A gestão de Aluísio Gama

Em primeiro de janeiro de 1989, iniciava o governo de Aluísio Gama. Ele tinha pela frente, a responsabilidade de organizar o executivo municipal, colocar as contas deste em dia e tentar solucionar os diversos problemas sociais existentes no município.

Aluísio tomou posse prometendo dar um fim ao do desperdício do dinheiro público; para tanto, ele mandou fazer a revisão das licitações duvidosas, das muitas obras não acabadas do governo de Paulo Leone, obras que foram pagas, e não foram nem iniciadas.

Também de olho nos problemas deixados pelo governo anterior, ele prometia demitir os funcionários, que existiam somente na folha de pagamento do município, além de combate implacável contra a corrupção existente, em quase todas as áreas do funcionalismo municipal, além de prometer melhorias para os distritos do município.

Em seu primeiro ato e cumprindo com o prometido, durante a sua campanha, Aluísio promoveu uma pequena devassa na gestão da prefeitura. Ele demitiu todos os funcionários contratados irregularmente no governo anterior, (cerca de 700 funcionários) e, além disso, ele chamou durante o primeiro mês da sua gestão, todos os

fiscais da prefeitura e, pediu que eles, entregassem os seus crachás de funcionários municipais, isto porque durante a gestão de Leone, a secretaria de fazenda, estava entre as que mais estavam envolvidas em escândalos de corrupção, e determinou ainda que, se começasse uma sindicância na secretaria, para apurar as denúncias de corrupção, na arrecadação do IPTU. (C. Lavoura de 07 a 13/01 de 1989)

Todas as medidas tomadas por Aluísio visavam em primeiro momento, desonerar a folha de pagamento da prefeitura e também moralizar a casa que, a muito vinha sofrendo com as denúncias de corrupção e má gestão. Vale lembrar que Aluísio estava fazendo naquele momento, o que já vinha sendo cobrado ao ex-prefeito Paulo Leone, ou seja, a demissão dos funcionários que ele havia contratado irregularmente. A ação encontrava respaldo, em uma decisão da 6ª vara cível do município, que havia acatado a ação popular movida pelo advogado Wilmar da Costa Oliveira ainda na gestão de Paulo Leone. (C. Lavoura, de 07 a 13/01 de 1989)

Político mais experiente do que o seu antecessor, Aluísio Gama tomou atitudes bastante diferentes das de Paulo Leone quando iniciou o seu mandato; isto no diz respeito ao apoio do legislativo. Ele procurou os vereadores eleitos da casa e propôs-lhes acordos, buscando ter o apoio deles na sua gestão. Para isso ele começou por distribuir os cargos comissionados a que ele tinha direito, entre os vereadores, além de facultar a cada um deles, quatro funcionários para ficarem a disposição do legislativo. (C. Lavoura de 14 a 20/01 de 1989)

Nota-se nas ações de Aluísio, uma melhor habilidade para lidar com a questão de apoio do legislativo, ação de quem pretendia governar, sabendo da importância de tê-los como aliado. A atitude tomada por Gama foi neste caso, desde o início, a de criar com a câmara, um ambiente no qual ele pudesse ter o amparo dos vereadores, na sua tentativa de moralização da gestão municipal.

Ainda no intuito de ter também ao seu lado, os movimentos sociais, ele também criou o que na época denominou-se “mini-prefeituras.” A ideia do prefeito foi a de levar a administração municipal para mais próximo do povo, porque segundo ele, com isto, a população, que se localizava distante da sede da prefeitura, não precisaria se deslocar do seu bairro até a sede para resolver pequenas situações como: limpeza de valas e ruas

entre outras necessidades. Com o funcionamento das mini-prefeituras regionais, Aluísio esperava melhorar o funcionamento das secretarias, já que as mini prefeituras, iriam realizar algumas tarefas antes pertinentes às secretarias, tornando os serviços mais rápidos e eficazes.

Mas as medidas não foram assim encaradas por alguns vereadores da oposição. Estes viam nelas, apenas uma forma de campanha antecipada, sendo articulada pelo prefeito em favor da candidatura de Leonel Brizola a presidência da república. Juntamente com as críticas, surgia a suposta preocupação por parte deles, com os cofres do município, já que o vereador do PT Moacyr, salientava querendo saber, o quanto isso iria custar aos cofres do município e buscava saber qual seria a participação popular nas mini prefeituras. A verdade é que a aparente preocupação se caracterizava apenas em desconfiança com a descentralização que a medida iria criar. (C. Lavoura. de 21 a 27/01/ 1989)

No entanto apesar de todas as medidas, estarem visando melhoras na gestão da prefeitura, Aluísio teve de enfrentar a falta de verbas, porque mesmo demitindo funcionário contratados irregularmente, investigando a corrupção na secretaria de fazenda; medidas que procuravam diminuir os débitos da prefeitura, ele se via obrigado a fazer o mínimo, dentro das várias necessidades da população do município.

Porém dentro desse mínimo, Aluísio Gama seguiu o mesmo caminho do interventor estadual Francisco Amaral que, enquanto esteve à frente da prefeitura, organizou uma espécie de força tarefa, para realizar capinas de terrenos baldios, limpezas de valas e de alguns bueiros e recolhimento de lixo das ruas. Porém mesmo seguindo a mesma cartilha de Amaral, o prefeito sempre estava sendo questionado quanto ao início das obras, procurava reiterar as suas promessas de campanha dizendo que, todas, iriam sim acontecer. No entanto a afirmativa deixava uma dúvida, nos líderes dos movimentos sociais que faziam tais cobranças; a prefeitura possuía ou não dinheiro para realização de obras? (C. Lavoura. de 04 a 17/02 de 1989)

No entanto, mesmo com o mínimo, que o prefeito estava realizando, nos primeiros meses do seu governo, o MAB, fazia uma série de reivindicações ao prefeito, através de um memorando, entregue em suas mãos, cobrando do chefe do executivo prestação

de conta, de sua administração, no mínimo de seis em seis meses. Esta ação demonstrava a tentativa da entidade, estar mais por dentro dos gastos da prefeitura. (C. da Lavoura. de 25/02 a 03/03 de 1989)

Em repostas as desconfianças do MAB, o prefeito reiterava as suas promessas de campanha que tinha por meta: reformar 17 escolas municipais, inclusive a escola modelo do município que andava em péssimas condições de conservação, a instalação de 30 mini-postos de saúde, realização de concurso público para as áreas de saúde e educação, além de dois postos de urgência em Queimados e Japeri, obras que até aquele momento, constavam apenas no papel.

Apesar de estar fazendo apenas o mínimo, Aluísio no início de Maio, comemorava os seus primeiros 120 dias à frente do governo, dizendo-se satisfeito em ter realizado em 120 dias muito mais do que o seu antecessor no mesmo período. (C. Lavoura de 20 a 26/05 de 1989)

Procurando cumprir com as promessas feitas durante a campanha, no mês de setembro de 1989, o prefeito iria abrir diversas frentes de trabalhos por todo o município; muitas delas no papel e engavetadas desde a gestão de prefeitos que o antecederam. Dentre elas, receberia destaque a construção do viaduto de Queimados e o viaduto no centro do município, que ligou o centro ao bairro k11.

O primeiro ganhou destaque porque colocou fim a uma reivindicação antiga dos moradores do então distrito. Ele acabou com a passagem de nível existente no local e com muitos os acidentes que ali aconteciam. O segundo, pela polêmica que causou; primeiro pela sua localização e segundo sobre a sua real necessidade. Entre as obras, constava ainda, o calçamento de mais de dez ruas. A ação do prefeito despertou a atenção porque segundo ele, todas estas obras, seriam realizadas ao mesmo tempo. Logo gerou uma preocupação naqueles que acompanhava as suas ações no município. Teria a prefeitura, condições para fazer todas estas obras? (C. Lavoura de 30/09 a 06/10/1989)

Quanto às muitas promessas feitas ao longo de sua campanha e em seu discurso de posse, muitas delas, só foram realizadas, anos depois de sua posse, isto devido às muitas dificuldades encontradas pela falta de verbas. Entretanto em cumprimento com as promessas feitas, no mês de Maio de 1991, ele anunciou o plano de cargos e salários

para o funcionalismo municipal e para o magistério, mesmo enfrentando dificuldades financeiras na prefeitura. (C. Lavoura. De 04 a 10/05/1991).

Porém como estratégica para aquecer a economia do município, o prefeito ofereceu incentivos fiscais para as empresas que se instalassem no município. A medida tinha por finalidade, gerar empregos e crescimento para a região (C. Lavoura. de 13 a 19/04/1991).

Quanto aos demais atos da gestão de Aluísio Gama, eles fogem o período proposto neste trabalho, porque o nosso objetivo é apontar panoramicamente os fatos mais relevantes para a emancipação do Distrito de Belford Roxo, como os escândalos de corrupção no governo de Paulo Leone e o pouco investimento durante a sua gestão na região, fatos estes que corroboraram para que a população e políticos do distrito em questão optassem pela separação. Os demais atos da Gestão de Aluísio Gama não são relevantes para o processo de emancipação do distrito de Belford Roxo.

CAPITULO III

A emancipação de Belford Roxo

O processo de emancipação de distritos no município de Nova Iguaçu não era novo. No início da década de 1940 houve a emancipação de Duque de Caxias, o período foi conturbado, quando por decreto, durante o Estado Novo, foi criado o município de Duque de Caxias. (Simões 2007)

A década de 1940 foi um período de intensas lutas políticas dentro do município, porque após a emancipação de Duque de Caxias, seria a vez dos então distritos de Nilópolis e São João de Meriti. Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, iriam surgir novos partidos, e os políticos da região, se realinhariam nesses partidos em conjunto com as elites de comerciantes locais.

Eles passariam a reivindicar a emancipação de suas localidades e segundo Simões (2007), os municípios de São João de Meriti e Nilópolis seriam criados após a elaboração do projeto de lei, do deputado estadual Lucas de Andrade Figueira, dentro das disposições transitórias da Constituição Estadual de 1947. Apesar de terem lutado juntos pela emancipação, eles se dividiram em dois municípios.

Após estas duas emancipações iriam acontecer o que Simões chamou de um “hiato” nos processos emancipatórios no município, este durando 41 anos até um novo distrito conseguir a sua emancipação, que neste caso viria a ser Belford Roxo. Isto não quer dizer que, não aconteceram tentativas durante o hiato; elas aconteceram, mas nenhuma delas obteve sucesso.

As novas tentativas aconteceriam após o período da abertura política, mas também motivada a partir da política adotada por Nova Iguaçu que, Simões (2007) denominou de investimentos seletivos. Esta política iria causar um descontentamento nas elites políticas e comerciais de cada um dos distritos, que viriam lutar por sua independência, e seria este um dos argumentos utilizados, por estes grupos para tentar a emancipação.

Com a abertura política, no início da década de 1980, esta trará no seu bojo, uma nova onda de movimentos emancipacionistas ao município de Nova Iguaçu, onde os distritos

de Mesquita (1987) e Queimados (1988), fariam novas tentativas, porém, somente sendo bem sucedida nesta mesma década, a de Belford Roxo.

A constituição de 1988 trouxe novas regras para as emancipações, pois esta abriu novas possibilidades para os distritos que já haviam tentado em períodos anteriores ao golpe civil militar. Estes se reorganizaram e fizeram novos plebiscitos em suas localidades visando a sua emancipação do município sede.

O Processo de Emancipação do Distrito

Na nova onda de emancipações, Belford Roxo foi um destes distritos que se aproveitou destas novas regras, e passou a se mobilizar em busca da sua emancipação. O então distrito, possuía à época, uma população de 284,302 habitantes, segundo dados do censo de 1980, numa área de 73000km² com aproximadamente 170000 eleitores inscritos na 67ª zona eleitoral. Contava com o maior número de representantes na câmara de vereadores do município de Nova Iguaçu, apesar disto, o distrito não tinha prioridade na realização das obras públicas. A sua população, tinha carência de praticamente tudo. (C. Lavoura de 22 e 23/05/1983)

O sistema de saúde no distrito era precário e contava apenas com algumas pequenas unidades básicas de saúde. Saneamento básico não tinha e isto para a maioria dos bairros, onde população sofria com a poeira no tempo seco e com a lama quando chovia. A educação era também precária e a segurança pública quase inexistente.

A região possuía um índice de violência altíssimo e a cidade chegou a figurar entre as mais violentas do mundo, isto também graças a uma zona de desova de cadáveres que havia na cidade, onde eram descartados corpos de pessoas que nem sempre eram executadas no município, mas que entravam para a contagem de vítimas do distrito devido ao simples fato de estar na localidade. Esta era a situação do distrito de Belford Roxo à época da sua segunda tentativa de emancipação. (Alves, 2003)

Nesta segunda tentativa, o processo foi conduzido pelos políticos tradicionais de Belford Roxo, que eram tidos com certa desconfiança pela população, porque esses políticos eram os beneficiários dos esquemas construídos pela administração municipal. A desconfiança era justificada pelo fato dessas lideranças, serem maioria na câmara, e

os bairros do distrito continuarem sem nenhum tipo de investimento e a população com uma péssima qualidade de vida.

A situação do distrito em questão abriu brechas para algumas novas lideranças que surgiram em meio a própria população, no vácuo da falta de assistência do município, porque estes tais líderes, montaram o que Monteiro denominou de “rede de resoluções práticas” (Monteiro apud, Simões 2007, p.175). Essas redes forneciam alguns serviços a esta população desamparada; serviços como Ambulância e segurança aos pequenos comerciantes, com o assassinato dos pequenos infratores da região.

Porém em uma dessas redes de resoluções teve um líder, que iria se destacar, frente as demais, Jorge Júlio da Costa, mais conhecido como “Joca”, que em 1992 seria o vencedor da primeira eleição para prefeito do município. (Simões 2007, p.176)

Ainda segundo Simões, foi a desconfiança da população em seus representantes legais na câmara, que abriu uma grande margem para emergência da figura de Joca, pois sua trajetória lhe garantia credibilidade popular, na medida em que, como filho de migrantes, começou trabalhando como baleiro e chegou a ser pequeno empresário, sendo assim, uma figura com um currículo muito parecido com a população. Mesmo com todas as acusações que pesavam sobre ele, como as de pertencer e ser líder de grupo de extermínio que agia na região.

A situação do distrito começou tomar novos rumos no ano de 1984, quando foi aprovado o projeto de Lei do deputado estadual Eduardo Chauí. Este autorizava o TRE, a marcar a data para a realização do plebiscito no distrito para saber a opinião da população quanto a separação do município. A partir de então, as discussões em torno da emancipação passaram a acontecer em todos os âmbitos da sociedade. Entre os políticos, havia a figura do chefe do executivo, o prefeito Paulo Leone que se colocava terminantemente contrário ao processo, pois dizia: *“Estão decependo o município, agora restará apenas um corpo sem cabeça, mas o corpo vai sobreviver, mas os braços não irão resistir”*. (C. Lavoura de 6 e 7/10 de 1984)

Desta mesma opinião partilhava o seu secretário de obras NahunGanen Neto que dizia; corroborando com as palavras do prefeito: *“Agora ao invés de um município carente e fraco em suas arrecadações, teremos dois.”* (Correio da Lavoura de 6 e 7/10/1984).

Para a população a situação não foi vista dessa forma, pois acreditava que a aproximação com os vereadores proporcionaria melhorias para a região, aceleraria as soluções para os problemas enfrentados por eles.

Em meio a discussão em torno da emancipação do distrito, o jornal correio da lavoura realizou uma enquete, em que o resultado revelou que a população em sua maioria esmagadora, concordava com o processo, apesar de estar completamente alheia aos dados técnicos discutidos pelos parlamentares. Para a população, *“a emancipação traria para a cidade “progresso” e a vinda de instituições financeiras como bancos, grandes empresas, citando até mesmo a rede de fastfood Bob’s.”* (C. Lavoura de 6 e 7/10 de 1984)

Apesar de a pesquisa mostrar que a população se encontrava alheia aos dados técnicos discutidos por políticos e empresários do distrito, isto não significava a totalidade, pois outros apesar do otimismo tinham ao menos ideia de quanto isto poderia custar para a população, citando até os futuros conflitos políticos que a futura emancipação poderia causar.

Entretanto no mesmo ano dos debates e das tentativas do prefeito de impugnar o plebiscito, (pois ele havia entrado com um processo junto ao TRE pedindo a sua impugnação), o TRE, fixaria para o dia 17 de Março do ano seguinte a sua realização. Para o advogado Odilon Antenor de Oliveira, um dos líderes do movimento separatista, o plebiscito colocaria um ponto final, ao que ele classificou como “súplica do prefeito” com a tentativa de impugnar o plebiscito com o processo aberto no TRE.

Com a data do plebiscito marcada, restava ainda cumprir com alguns trâmites burocráticos na câmara Legislativa do Estado. Caberia agora a ela, aprovar a mensagem enviada pelo TRE, que pedia a autorização de verba específica para realização da votação. Também foi necessário o envio de um ofício ao juiz da 67ª vara eleitoral, para que este determinasse o número de pessoas aptas a votar.

Para a realização do pleito, o advogado Odilon contava com a abstenção de cerca de 30% dos aptos a votar, porque eles estavam localizados nos limites do distrito com município, por isso segundo ele, não tinham uma identidade firmada com o distrito que tentava separar-se da “cidade mãe” logo em sua opinião eles fariam toda a diferença no

momento da realização da votação. Caberia às lideranças, se organizarem para dar corpo à construção de uma identidade belforoxense àqueles que se mantinham avessos quanto ao pleito em prol da emancipação.

Apesar das expectativas na realização do pleito para o ano de 1985, este somente foi realizado no ano de 1988, após todos os trâmites burocráticos no legislativo Estadual serem cumpridos. Para tanto, se fez necessário figuras como Jorge Júlio da Costa e a Associação de moradores do distrito se juntassem aos políticos tradicionais da região, para que fosse formada uma comissão pró-emancipação para tocar o processo emancipatório que estava praticamente parado no Legislativo do Estado (Simões 2007)

A partir de então, esta comissão, passa a acompanhar o andamento do processo junto a câmara e no ano de 1988 o plebiscito foi liberado. Juntamente é liberada pela câmara, a verba para sua realização, o tão sonhado plebiscito aconteceria em 12 de junho do mesmo ano. Porém a sua realização deu início, a uma nova batalha, por parte da comissão, porém desta vez junto ao TRE, porque na apuração, o quórum necessário não havia sido atingido, porque as abstenções que eram esperadas por um dos líderes do movimento ultrapassaram o percentual esperado, e aí, começou a nova luta dos emancipacionistas junto ao TRE.

A comissão entrou com um recuso junto ao TRE, pedindo a recontagem dos votos válidos. Para isso, se fez necessário, à exclusão dos eleitores falecidos, principalmente os de Miguel Couto, localidade limítrofe com o município sede e, que teve um alto índice de abstenção. (Simões 2007). Segundo Monteiro (Apud Simões 2007, pág.176) se faria necessário ainda, redesenhar o mapa do município, para que assim esse quórum viesse a ser atingido.

Entretanto no mês de outubro do mesmo ano, o TRE deu ganho de causa à comissão, e em Março de 1990, o projeto de Lei, foi enviado a ALERJ, onde foi aprovado em abril do mesmo ano (Simões 2007).

A Primeira Eleição do Novo Município

A partir de então, essas lideranças que antes estavam juntas em prol da emancipação, se dividiram para lutar pelo cargo maior do então novo município surgido, mas ainda não

inaugurado. Como não podia deixar de ser, os principais candidatos ao executivo, estavam ligados ao processo emancipatório, nomes como: Jorge Júlio da Costa, candidato do PMDB, o dono das faculdades ABEU e Valdir Villela, este que foi o candidato da associação Comercial e Industrial do distrito, e ainda a médica Rosely de Souza. A eleição, também proporcionou um grande número de filiação aos partidos com sede no distrito, todos buscando uma vaga na futura câmara. (C. Lavoura de 22 a 28/04/1989).

Dos principais candidatos ao executivo apenas um, “Joca”, tinha sobre ele algumas acusações que poderia distanciá-lo do cargo, mas devido a sua grande votação dentro do partido (PMDB), e claro, a sua popularidade, ele veio como candidato, à prefeitura do município. Em sua campanha, Joca adotou um lema completamente oposto com as acusações que pesavam sobre ele, ou seja, com fama de exterminador de bandidos, ele usava em sua campanha o amor como símbolo central.

No ano de 1992 aconteceria então, o primeiro pleito para o executivo e legislativo do novo município. Neste concorreriam diversos políticos de renome da região, como Laerte Bastos (PDT), Oswaldo Lima (PSC), João Pedro (PT) além é claro de Jorge Júlio da Costa que sairia vencedor com 58,53% dos votos válidos. (10 a 16 de outubro de 1992). “Joca” sairia vencedor nesta primeira eleição, porque além de sua popularidade, o seu partido (PL) faria uma aliança com outros partidos tradicionais na política como PDS, PTB, PDC, PFL e PSDB. Esta aliança partidária levaria o nome de “Frente do Amor” lema que mais tarde, “Joca” levaria para o seu governo, mas agora seria “governando com Amor” (C. Lavoura de 27/06 a 03/07 de 1992)

Segundo Simões, outros fatores que somaram para a vitória de Jorge da Costa neste pleito teria sido a sua grande capacidade de ter construído uma identidade territorial para o novo município (isto durante o processo de emancipação) que somados a sua popularidade na região, puderam também agregar peso à sua vitória. (Simões 2007, p. 176)

A partir de então, com a sua chegada à prefeitura, ele adotou como slogan, “o governo do amor”. O Símbolo que fez parte da campanha, ele levou para a prefeitura. O Brasão da prefeitura, formado por um coração teve a letra “O” estilizado ao centro, fazendo

parte mais tarde do portal de entrada da cidade ao sair da rodovia Presidente Dutra. Segundo (Simões 2007), o Slogan teve o papel fundamental na desconstrução da imagem de cidade violenta, que pairava sobre o recém-formado município. (Simões 2007)

Após as eleições, restava ao prefeito eleito a posse à frente do novo município e, isto aconteceu no dia primeiro de janeiro de 1993 quando Jorge Júlio da Costa, assumiu a direção do município de Belford Roxo, em cerimônia realizada no auditório do ABEU, no mesmo município. A nomeação aconteceu somente após a juíza da 67ª zona eleitoral Luiza Brochard ter implantado a câmara municipal, que teve o vereador Expedito Ribeiro (PL) como seu primeiro presidente. (09 a 15/01 de 1993). “Joca” assumiu a prefeitura em uma sede provisória localizada a rua Rocha de Carvalho, 1436 no calçadão do município. (C. Lavoura de 28/11 a 04/12 de 1992)

O Governo “Joca”: Primeiros atos

Como primeiro ato de sua gestão, “Joca” convocou no mesmo dia da posse, seus assessores, secretários e a população, para participarem de um mutirão de limpeza, que por objetivo retirar das ruas da cidade quantidades enormes de lixo amontoados a vários dias. Ainda no mesmo dia, ele enviou 28 projetos ao legislativo, dos quais segundo o prefeito, continham 70% do seu plano de governo para o município, onde ele esperava fazer um governo com transparência, visando sempre o bem estar da população. (C. Lavoura de 09 a 15/01 de 1993)

Outra medida tomada por “Joca” à frente da prefeitura foi a redução do IPTU para os imóveis de até 30 metros quadrados, além de pagamento com 20% de descontos para aqueles que o quitassem em cota única. Ele ainda facilitou a legalização dos imóveis do município, reduzindo o imposto a valores mais baixos do que os cobrados por Nova Iguaçu.

Fica claro que a medida estava beneficiando muitos contribuintes que gostariam de ter os seus imóveis regularizados, mas não se pode negar que o objetivo principal era gerar fundos para que a prefeitura pudesse começar a realizar obras no município. (C. Lavoura de 30/01 a 05/02 de 1993).

Outra marca do seu governo, foi o portal localizado na saída da rodovia Presidente Dutra, entrada para o município que à época foi uma novidade para a região e colocou a sua gestão, em evidência, isto em relação às outras da baixada, mas principalmente em relação aos municípios emancipados no mesmo período. (Simões 2007, p. 176)

Apesar de suas diversas ações no município, que visavam melhorar a condição social de seus moradores e que por sua vez, o tornavam ainda mais popular no município, “Joca” teve a sua trajetória política interrompida de maneira trágica no ano de 1995, quando foi assassinado com 11 tiros no caminho para uma reunião com o então governador do Estado Marcelo Alencar. Na época, o fato foi, ao menos no primeiro momento, classificado como tentativa de assalto praticado por menores, mas na verdade, sabia-se dos adversários políticos que o prefeito foi fazendo ao longo de sua carreira política, além das acusações que havia contra ele; de pertencer a grupos de extermínio que agiam na localidade a qual ele havia se tornado prefeito. (Jornal do Brasil. 2ª Ed.21/06/ 1995)

Como podemos observar, foram diversas as causas que levaram a emancipação do distrito de Belford Roxo, mas dentre estas diversas causas, valem ser destacadas, o abandono em que o distrito se encontrava, com ruas esburacadas, sem escolas e com a população dependendo de “redes de resoluções” para dar contas dos problemas como saúde e segurança. Também outro ponto que pode ser destacado, foram os diversos problemas administrativos, ocorridos na gestão do prefeito Paulo Leone, que foram fundamentais para o surgimento do movimento pró-emancipação.

Por fim, percebemos que apesar de toda mobilização em prol do pleito, este só ganhou força com a adesão de forças políticas locais, com união de grupos empresariais junto com as redes de resolução existentes na localidade. Foi a partir daí que se foi possível movimentar o processo dentro da câmara estadual, chegando assim, ao seu objetivo final, que foi a emancipação do distrito.

Conclusão

Neste trabalho, buscamos fazer uma análise panorâmica do contexto político do município de Nova Iguaçu, procurando apontar com isso, as possíveis causas que levaram alguns distritos buscarem a separação do Município após a constituição de 1988.

Para isto, no primeiro capítulo, procuramos apontar os desafios enfrentados pelo prefeito de Nova Iguaçu à época, Ruy de Queiróz, que precisou lidar com graves problemas sociais e econômicos do município, crescentes desde a década de 1960, tornando-se agudos na primeira metade da década de 1980.

Procuramos também, demonstrar que os problemas enfrentados com o declínio econômico causado pela crise da industrialização que afetou toda a região da Baixada Fluminense, causando um grande número de desemprego, que tornaram as tensões sociais ainda maiores no município.

Durante este mesmo período, foi crescente também, a luta dos diversos grupos sociais, que passaram a agir com maior dinamismo, após o longo período do regime de exceção vivido no país, quando as manifestações eram reprimidas; deixando claro que estas cobranças, tiveram o seu início na década de 1970, mas se intensificaram durante a década de 1980, sobre todos os prefeitos eleitos no município de Nova Iguaçu.

No segundo capítulo, nos concentramos nas gestões do município na década de 1980, quando acontecem novas eleições, e tem início a gestão do Prefeito Paulo Antônio Leone Neto e Aluísio Gama. As questões principais para as suas gestões, ainda seriam saúde educação, saneamento, entre outros tantos problemas sociais e administrativos não solucionados no governo anterior.

Com isso, apontamos como fatores que contribuíram na soma dos acontecimentos que levaram ao plebiscito de emancipação do distrito de Belford Roxo, as inúmeras denúncias de corrupção, que aos poucos foram enfraquecendo a gestão de Paulo Leone e tornando-a desacreditada. Logo este fato, acabaria sendo crucial para o descontentamento das elites políticas que se formavam no distrito analisado.

Este descontentamento, também alcançou a população que, abandonada pelo poder público, passou a depender dos serviços das “redes de resolução” que foram sendo criadas no distrito, para dar conta de parte dos problemas enfrentados pela população. Com isso de forma sucinta, procuramos mostrar os seus meios de ações, as suas influencias junto à população.

Na última gestão da década, a do Prefeito Aluísio Gama, o processo de emancipação do distrito aguardava apenas julgamento, com isso apenas destacamos as suas ações frente ao município, demonstrando as diferenças existentes entre as duas gestões, as mobilizações das associações de moradores e as articulações políticas desta nova gestão em busca de solução para os problemas administrativos herdados do antigo governo.

No terceiro capítulo deste trabalho, nos concentramos no processo de emancipação do distrito propriamente dito, buscando em síntese, perfazer os caminhos pelos quais o processo trilhou. Procuramos então, apontar as razões que levaram alguns parlamentares a propor a emancipação do distrito, analisando as condições sociais da região, as questões políticas que envolveram o processo, assim como a adesão da população a esta.

Na análise, procuramos destacar os principais fatores e atores que contribuíram para que o distrito optasse por um plebiscito propondo a separação do município, analisando também os problemas sociais e econômicos da região. Analisamos também a questão da violência, pois esta durante longo nos amedrontou os moradores da localidade, tornando as suas vidas ainda mais difíceis do que era, pela falta ou precariedade de serviços como saúde e saneamento, situação que destacamos ao longo de nossa análise.

Com isso fechamos o terceiro capítulo narrando a saga da emancipação do distrito com o plebiscito realizado, o processo junto ao TRE, mostrando o papel de alguns atores que figuraram neste processo, assim como a contribuição de cada um, em prol da emancipação. Abordamos ainda, um pouco da corrida para o executivo, passando pelas primeiras eleições para o novo município, e apontando as primeiras ações do novo prefeito.

Percebemos então, em nossa investigação, que foi a falta de adesão ao plebiscito, que contribuiu para que este se transformasse numa batalha judicial por longos anos no

Legislativo estadual, justamente por conta do alto percentual de abstenções, não permitindo, que o distrito alcançasse o quórum necessário para a sua emancipação. No entanto, ficou claro também, que foi a força demonstrada pela comissão pró-emancipação, formada à época por figuras como “Joca”, além de políticos tradicionais da região e a associação de moradores que puderam a partir de sua união, dar andamento no processo junto a câmara estadual do Rio de Janeiro.

Ficou evidenciado que todas as questões sociais, políticas e econômicas apresentadas foram em síntese os principais fatores que corroboraram diretamente para a emancipação do distrito de Belford Roxo que, somados a falta de habilidade de alguns dos gestores do município de Nova Iguaçu, para lidar com as questões político administrativa e social da cidade e da população, acabaram por ajudar a promover as emancipações ocorridas no município.

A nova dinâmica política pela qual a região da Baixada Fluminense passava após a abertura política, em especial Nova Iguaçu, teve também a sua parcela de contribuição, porque foi a partir desta que se começou a construir os novos núcleos de poder, surgidos com as elites políticas e empresariais que foram se formando ao longo dos anos nos distritos que compunham o município da grande Nova Iguaçu.

Porém é preciso admitir que o fator mais importante para que acontecesse uma mobilização quase total em prol da emancipação do distrito, foi sem dúvida a habilidade de “Joca” para construção de uma identidade belforoxense, na população que há muito andava desconfiada com os parlamentares na câmara de vereadores de Nova Iguaçu. Isto como salientou Ricardo Simões, foi fator fundamental para que outras entidades sociais também se unissem em prol da separação do distrito do município de Nova Iguaçu, fazendo nascer assim, a cidade de Belford Roxo.

Bibliografia

ALVES, José Claudio. **Dos Barões ao Extermínio**: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH- CLIO, 2003.

BATISTA, Alooffs Daniel. **Da laranja ao Golpe**: Nova Iguaçu e a instabilidade Política nos primeiros anos do regime civil militar. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2011 (monografia de História)

MAIA, Priscila Nunes Fraga e Rodrigues, Adriano Oliveira. A cidade (re)partida: Um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense In **Anais do 1º congresso de desenvolvimento de Cabo Verde**. Disponível em: www.apdr/congresso/2009/pdf/Sessão%2039/72A.pdf. Acesso em 12/09/2014

NASCIMENTO, Gabriel. **Em Busca do Povo Prometido**: Corpo e alma na construção da Diocese de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2011 (monografia de História)

RODRIGUES, Adriano Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1883-90's)**: Economia e Território em Processo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Dissertação em Planejamento Urbano e Regional)

SILVA, Percival Tavares da. **Origem do movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu**. MAB 1974/ 1992. Rio de Janeiro: FGV, 1992 (dissertação em educação)

SIMÕES. Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: ed. Entorno, 2007.

Fontes

Correio da Lavoura. Ed. 3114, 20 e 21 de Nov. de 1976

Correio da Lavoura, Ed. 3118 18 e 19 de Dez. de 1976

Correio da Lavoura. Ed. 3275, 22 e 23 de Dez. de 1979

Correio da Lavoura. Ed. 3278, 6 e 7/01/1980. Pág.2

Correio da Lavoura Ed. 3280,26 e 27/01/ 1980. Pág. 1,2

Correio da Lavoura. Ed. 3279, 19 e 20/01/1980

Correio da Lavoura. Ed.3445, 2 e 3/04/1983

Correio da Lavoura. Ed. 3449, 30/04 e 01/05/1983

Correio da Lavoura. Ed. 3446, 9 e 10/04/1983

Correio da Lavoura. Ed. 3455, 11 e 12/06/1983

Correio da Lavoura. Ed. 3484, 7 e 8/01/1984

Correio da Lavoura, Ed. 3501, 12 e 13/05/1984

Correio da Lavoura. Ed. 3496- 7 e 8 - abril de 1984

Correio da Lavoura. Ed. 3492, 3 e 4/02/1984

Correio da Lavoura. Ed. 3501- 12 e 13/05/1984

Correio da Lavoura. Ed. 3498, 21 e 22/04/1984

Correio da Lavoura. Ed. 3504, 3 e 4/06/1984

Correio da Lavoura. Ed. 3509- 7 e 8/07 de 1984

Correio da lavoura. Ed. 3524- 20 e 21/10 de 1984

Correio da Lavoura. Ed. 3452- 22 e 23/05 de 1983

Correio da Lavoura. Ed. 3451-14 e 15/05 de 1983

Correio da Lavoura. Ed. 3546- 6 e 7/04 de 1985

Correio da Lavoura. Ed. 3593- 15 e 16/03 de 1986

Correio da Lavoura.Ed. 3577- 9 e 10/11 de 1985

Correio da Lavoura. Ed.3578- 16 e 17/11 de 1985

Correio da Lavoura. Ed. 3598- 5 e 6/04 de 1986

Correio da Lavoura. Ed. 3599 26 e 27/04 de 1986

Jornal do Brasil-nº 112- 29 de julho de 1988 Pág. 27

Correio da Lavoura. Ed. 3720- 15 a 21/10 de 1988

Correio da Lavoura. Ed. 3721- 22 a 28/10 de 1988

Correio da Lavoura. Ed. 3730- 07 a 13/01 de 1989

Correio da Lavoura. Ed. 3729- 17/12/1988 a 06/01/ 1989

Correio da Lavoura. Ed. 3731 14 a 20/01 de 1989

Correio da Lavoura. Ed. 3732- 21 a 27/01 de 1989

Correio da Lavoura. Ed. 3734- 04 a 17/02 de 1989

Correio da Lavoura. Ed.3736- 25/02 a 03/03 de 1989